



Serviço Municipal de Proteção Civil

Handwritten signature and initials in blue ink.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

PLANO DE OPERAÇÕES MUNICIPAL PARA O CORONAVÍRUS (COVID-19)

POMCoV

março 2020



Serviço Municipal de Proteção Civil

Edição

Serviço Municipal de Proteção Civil de Caminha
Março de 2020

Proposta e validação

Vereador do Pelouro da Proteção Civil – Dr. Guilherme Lagido Domingues

Elaboração

Serviço Municipal de Proteção Civil
Coordenador Municipal de Proteção Civil – Luís Saraiva

Fontes

PLANO NACIONAL OPERACIONAL PARA O CORONAVIRUS (COVID-19)
PLANO DISTRITAL OPERACIONAL PARA O CORONAVIRUS (COVID-19)

Serviço Municipal de Proteção Civil

Largo Calouste Gulbenkian
4910-113 Caminha
Tel.: +351 258 710 300 / Fax: +351 214 247 180
geral@cm-caminha.pt / www.cm-caminha.pt



Handwritten signature and initials in blue ink.

PLANO DE OPERAÇÕES MUNICIPAL PARA O CORONAVÍRUS (COVID - 19)

POMCoV

Principais Referências:

- a) Lei n.º 27/2006, de 3 de julho – Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC) com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto;
- b) Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril – Organização da Proteção Civil Municipal;
- c) Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho – Lei de Segurança Interna;
- d) Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 144/2011, de 30 de novembro e n.º 72/2013, de 31 de maio;
- e) Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro;
- f) Diretiva Operacional Nacional da ANPC n.º 1 – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro;
- g) O Plano Nacional de Preparação e Resposta para a doença por novo corona vírus (COVID-19);
- h) Plano de Contingência para o COVID - 19 da ANEPC;
- i) Normas Operacionais Permanentes do CNEPC;
- j) Normas Operacionais Permanentes do CNEPC;
- k) Plano de Contingência PCCoVID-19 do município de Caminha

1. SITUAÇÃO

a. Geral

- (1) Compete aos Estados garantir, em permanência, a proteção, a segurança dos cidadãos e o normal funcionamento das instituições;
- (2) Do cumprimento desta obrigação e considerando a multiplicidade de ameaças que atualmente, as sociedades enfrentam, resulta incontornável a necessidade de serem identificados os possíveis mecanismos e instrumentos que permitam um adequado nível de preparação, prontidão e reação do Estado e das diversas instituições e Agentes de



Serviço Municipal de Proteção Civil

Proteção Civil e Socorro, particularmente a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e Corpos de Bombeiros;

- (3) Importa, assim, efetivar uma matriz de planeamento flexível, para que possa ser atingido um nível de preparação do sistema de proteção e socorro, que permita o eficaz cumprimento dos seus objetivos de prevenir, atenuar, socorrer e apoiar os cidadãos;
- (4) Pretende-se, assim, desenvolver e manter atualizado um adequado plano operacional que permita obviar ou minimizar os efeitos na resposta de socorro, assegurando a menor perturbação possível ao seu exercício.

b. COVID-19

- (1) Os Coronavírus (CoV) pertencem a uma larga família de vírus que provocam doença que pode variar entre uma simples constipação até doenças mais agudas como o Síndrome Respiratório do Médio Oriente. O novo Coronavírus (nCoV) é uma nova estirpe que não foi identificada anteriormente em humanos.
- (2) Os sinais mais comuns de infeção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infeção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até a morte.
- (3) A 31 de dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde um cluster de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores de um mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. A 9 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas identificaram um novo vírus da família dos coronavírus (2019-nCoV) como agente causador da doença.
- (4) A 11 de março de 2020, a Organização Mundial de saúde (OMS), declarou o coronavírus (2019-nCoV) como Pandemia.
- (5) A situação de Pandemia prende-se com a propagação de um vírus à escala intercontinental, não estando diretamente relacionada com a severidade de sintomas ou mortalidade da doença;
- (6) A pandemia pode evoluir por ondas sucessivas, cada uma com a duração de 8 a 12 semanas, com intervalos que podem ser de apenas um mês e a sua contenção só será possível em estádios muito precoces, pelo que as medidas a tomar no seu início se destinam, principalmente, a atrasar a progressão da doença, permitindo o seu melhor controlo, até que exista a possibilidade de vacinação;
- (7) A verdadeira dimensão resultante de uma Pandemia é imprevisível, mas, a acontecer, as autoridades de saúde que se prevê que possam ser afetadas parcelas significativas da população, provocando eventuais ruturas nos domínios social e económico.



Serviço Municipal de Proteção Civil



c. Específico

- (1) Considerando a taxa de mortalidade até à data, o fator que mais tem preocupado as diversas entidades, públicas e privadas, é a possível taxa de absentismo que se pode gerar, quer em virtude de um contágio quer como resultado da necessidade de assegurar o adequado apoio familiar;
- (2) Importa, face ao presente cenário, antecipar o efeito que a Pandemia possa vir a provocar na área da proteção e do socorro, desenvolvendo mecanismos adequados de sustentação operacional que minimizem os seus efeitos sobre a prestação do socorro à população;
- (3) Numa situação de pandemia, ao sector da proteção civil pede-se que preserve o seu papel essencial na garantia da resposta à emergência nomeadamente na proteção de pessoas, bens e ambiente;
- (4) Considerando esta reconhecida imprescindibilidade, os efeitos de uma pandemia sobre a atividade e capacidade da resposta operacional de proteção e socorro devem ser devidamente avaliados no que diz respeito:
 - a) Às taxas de absentismo envolvendo os seus elementos, suscetíveis de perturbar significativamente as capacidades para o desenvolvimento da sua atividade;
 - b) O acréscimo de empenhamento de recursos face à necessidade de acompanhar, dentro das suas competências legais, a implementação de algumas das medidas de saúde pública.
- (5) Daqui resulta a necessidade imediata de serem identificadas as medidas e procedimentos mais adequados para assegurar a redução dos riscos para a saúde dos elementos operacionais e obviar aos eventuais e expectáveis efeitos do absentismo, procurando-se garantir a continuidade das missões essenciais no âmbito da proteção e socorro;

2. ÂMBITO

O presente plano aplica-se a todo o território do município de Caminha e a todas as estruturas, forças e unidades envolvidas ou outras que cooperem nas atividades de proteção e socorro a nível municipal, servindo de referência ao planeamento, geral, especial e sectorial, para a gestão das situações de emergência referentes ao Coronavírus (COVID – 19).

3. OBJECTIVO

Efetivar uma matriz de planeamento flexível para fazer face à pandemia de COVID - 19, que adote uma metodologia operacional que permita minimizar o impacte da pandemia no que respeita às

2
C
K



Serviço Municipal de Proteção Civil

possíveis disfunções nos Corpos de Bombeiros e estrutura operacional a nível municipal a fim de garantir, tanto quanto possível, a continuidade da prestação do socorro.

4. EXECUÇÃO

a. Conceito

- (1) Coordenar o planeamento e a resposta de proteção e socorro, em estreita ligação com o Ministério da Administração Interna, o Sistema de Segurança Interna, a Direcção-Geral da Saúde, os Corpos de Bombeiros, as Forças de Segurança, o Serviço Municipal de Proteção Civil e demais Agentes de Proteção Civil;
- (2) Considerar o planeamento como instrumento de apoio à decisão, flexível, e de responsabilidade transversal;
- (3) Elaborar um Plano de Operações Municipal para o COVID - 19, para fazer face à expansão desta pandemia, assente nos seguintes vetores:
 - a) A Direcção e a Coordenação Política;
 - b) A Coordenação Institucional e o Comando Operacional;
 - c) A Resposta Interna das estruturas, forças e unidades envolvidas;
 - d) A Resposta Operacional das estruturas, forças e unidades envolvidas.
- (4) Efetuar o desenvolvimento do planeamento da seguinte forma:
 - e) Plano de Operações Nacional a desenvolver pelo Estado-maior do CNEPC;
 - f) Planos de Operações Distritais a desenvolver pelos CDOS;
 - g) Ordens de Operações Municipais a desenvolver pelos Corpos de Bombeiros, de forma integrada e coordenados pelo CMPC ou na sua inexistência pelos SMPC.
- (5) Garantir que os Planos e Ordens de Operações definam, implementem e mantenham:
 - a) Um mecanismo integrado de sustentação de âmbito municipal, ao nível dos CB no que respeita à prestação do socorro, passível de poder colmatar as eventuais situações de inoperatividade que possam vir a declarar-se;
 - b) A capacidade de resposta integrada ao nível municipal nas áreas consideradas críticas, nomeadamente dos incêndios rurais, incêndios urbanos e industriais, emergência médica e acidentes rodoviários, emergência sanitária e apoio especial.
- (6) Os mecanismos de coordenação, comando e controlo operacional fixados no presente plano não prejudicam, nas situações de exceção e em conformidade com os procedimentos previstos na Lei de Segurança Interna, a eventual avocação conjuntural da coordenação,



Serviço Municipal de Proteção Civil



comando e controlo operacional dos meios referidos, pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

b. Estruturas, Forças e Unidades Envolvidas

(1) Estruturas de Direcção Política de acordo com a DON 01/2010 da ANEPC:

- a) A nível nacional:
O Ministro da Administração Interna;
- b) A nível municipal:
O Presidente da Câmara Municipal.

(2) Ministro da Administração Interna

No âmbito do PONCoV, são competências do Ministro da Administração Interna, delegadas na Secretária de Estado da Administração Interna:

- a) A direcção política do PONCoV;
- b) A legitimação do início da execução das medidas de resposta operacional do Plano;
- c) A legitimação da descativação do PONCoV.
- d) A determinação da ativação do estado de Alerta Especial do SIOPS, bem como dos necessários graus de prontidão e mobilização, no âmbito da declaração das situações de Alerta ou Contingência para a totalidade do território nacional ou para uma parcela do território nacional;
- e) A determinação da ativação do estado de Alerta Especial do SIOPS, bem como dos necessários graus de prontidão e mobilização, sempre que o entenda por necessário, face à avaliação da evolução da situação;
- f) A convocação da Comissão Nacional de Proteção Civil.

(3) Estruturas de Coordenação Política de acordo com a DON 01/2010 da ANEPC:

- a) A nível nacional:
A Comissão Nacional de Proteção Civil;
- b) A nível distrital:
A Comissão Distrital de Proteção Civil;
- c) A nível municipal:



Serviço Municipal de Proteção Civil

As Comissões Municipais de Proteção Civil.

(4) Estruturas de Coordenação Institucional de acordo com a DON 01/2010 da ANEPC:

- a) A nível nacional:
O Centro de Coordenação Operacional Nacional;
- b) A nível distrital:
Os Centros de Coordenação Operacional Distrital;
- c) A nível municipal:
Os Centros de Coordenação Operacional Municipal.

(5) Estruturas de Comando Operacional de acordo com a DON 01/2010 da ANEPC:

- a) A nível nacional:
O Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- b) A nível distrital:
Os Comandos Distritais de Operações de Socorro;
- c) A nível da área de atuação do Corpo de Bombeiros:
Os Comandantes dos Corpos de Bombeiros;
- d) A nível do teatro de operações:
Os Comandantes de Operações de Socorro.

(6) Forças e Unidades envolvidas

- a) Corpos de Bombeiros;
- b) Agentes de Proteção Civil;
- c) Força Especial de Proteção Civil;
- d) Serviço Municipal de Proteção Civil.

5. RESPOSTA INTERNA DAS ESTRUTURAS, FORÇAS E UNIDADES ENVOLVIDAS

- a) Os Corpos de Bombeiros, outros Agentes de Proteção Civil e o Serviço Municipal de Proteção Civil, devem desenvolver o seu Plano de Contingência Interno para fazer face aos possíveis impactos que a situação da possa vir a representar, com o objetivo de nomeadamente:
 - (1) Identificar e implementar medidas sanitárias para prevenir o contágio no seio dos elementos afetos aos serviços;
 - (2) Preparar a resposta operacional interna para minimizar eventuais taxas elevadas de absentismo;



Serviço Municipal de Proteção Civil

Handwritten signature and initials in blue ink.

- (3) Assegurar os serviços essenciais durante a pandemia;
- (4) Coordenar com o CDOS as ações operacionais de acordo com este Plano.

6. RESPOSTA OPERACIONAL DAS ESTRUTURAS, FORÇAS E UNIDADES ENVOLVIDAS

a. Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil (CNEPC)

- (1) No âmbito do PONCoV, são atribuições específicas do CNEPC as descritas no respetivo documento.

b. Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS)

- (1) No âmbito do PONCoV, são atribuições específicas dos CDOS as vertidas no respetivo documento.
- (2) No âmbito do PODCoV, são atribuições específicas do CDOS, as descritas no respetivo documento, designadamente:
 - a) Constituir-se ponto de contacto com a ULSAM;
 - b) Constituir-se ponto de contacto com os coordenadores dos Planos de Contingência Municipais, ou com os representantes dos Centros de Operações Temporários a serem implementados, sem prejuízo das ligações já estabelecidas com os SMPC.
 - c) Garantir a monitorização dos transportes em ambulância de pessoas suspeitas de COVID-19, e casos positivos, em estreita ligação com a ULSAM, Corpos de Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa;
 - d) Monitorizar situações de quarentena profilática que envolvam elementos das forças que realizam os transportes mencionados na alínea anterior;
 - e) Colaborar com todas as entidades de âmbito distrital, necessárias e empenhadas na mitigação dos efeitos da pandemia;
 - f) Sem prejuízo do estabelecido na alínea f) do ponto 6. b. (1) do PONCoV os grupos de reforço serão constituídos conforme a disponibilidade operacional de cada Coro de Bombeiros.

c. Corpos de Bombeiros (CB)

- (1) No âmbito do PONCoV, são atribuições específicas dos CB, designadamente:
 - a) Manter no seu melhor nível possível a capacidade de comando e intervenção operacional;



Serviço Municipal de Proteção Civil

- b) Constituir-se como parceiro proactivo no planeamento, coordenação e execução integrada da ajuda aos cidadãos;
- c) Minimizar o absentismo do seu pessoal através do planeamento operacional e das ações subsequentes, nomeadamente elaborando um Plano de Contingência Interno para o Coronavírus;
- d) Informar diariamente o CDOS respetivo, dos elementos afetados pelo COVID 19, quer das situações de suspeita (quarentena) quer as confirmadas;
- e) Cooperar na elaboração da Ordem de Operações Municipal que viabilize e operacionalize o disposto no presente Plano;
- f) Prever a criação de uma reserva de operadores de reforço para as centrais de comunicações dos CB ou para um centro de operações integrado no caso de ser temporariamente criado;
- g) Assegurar, a nível municipal, em coordenação com os Coordenadores Municipais de Proteção Civil e Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), respetivos, uma resposta integrada no escalão municipal, centralizando temporariamente, se for caso disso, toda a gestão operacional de recursos humanos e materiais existentes no município num centro de operações integrado;
- h) Garantir em coordenação com os respetivos Coordenadores Municipais de Proteção Civil e SMPC, uma matriz de monitorização dos recursos disponíveis, nomeadamente:
 - 1. Os recursos humanos e materiais disponíveis diariamente ao nível dos CB do município;
 - 2. Escala rotativa de um Elemento de Comando de Permanência (ECP) às operações no município;
 - 3. O processo, pressupostos e condições de acionamento das medidas de gestão integrada de recursos municipais;
 - 4. O processo de despacho e movimentação dos meios de reforço colocados pelos CDOS à disposição do município.

d. Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC)

(I) No âmbito do PONCoV, recomenda-se aos SMPC que:

- a) Mantenham no seu melhor nível possível a capacidade de intervenção operacional e logística no respetivo município;
- b) Constituam-se como parceiro proactivo no planeamento, coordenação e execução integrada da ajuda aos cidadãos;



Serviço Municipal de Proteção Civil

Handwritten signature and initials in blue ink.

- c) Minimizem o absentismo do seu pessoal através do planeamento operacional e das ações subsequentes, nomeadamente elaborando um Plano de Contingência Interno para o COVID - 19;
 - d) Cooperem ou dinamizem a elaboração do Plano de Operações Municipal que viabilize e operacionalize o disposto no presente Plano;
 - e) Prevejam o funcionamento temporário de um centro de operações integrado para todos os recursos municipais em caso de necessidade;
 - f) Dinamizem a nível municipal, em coordenação com os CB, uma resposta integrada do escalão municipal, centralizando temporariamente, se for caso disso, toda a gestão operacional de meios humanos e técnicos existentes no município, num centro de operações integrado;
 - g) Cooperem e dinamizem em coordenação com os respetivos CB, uma matriz de monitorização permanente dos recursos humanos e materiais disponíveis;
 - h) Garantam a necessária preparação para o eventual acolhimento operacional e logístico dos meios de reforço a serem atribuídos pelos CDOS, num total máximo de 50 operacionais e 15 veículos, sem recurso às instalações dos CB do município;
 - i) Disponibilizem guias para acompanhamento dos meios de reforço atribuídos;
 - j) Assegurem, de acordo com a respetiva autarquia, a existência de um Plano de Contingência Municipal que garanta, entre outros, a funcionalidade e operacionalidade de um conjunto de funções fundamentais, como sejam, entre outras, o abastecimento de água às populações, a limpeza urbana e a iluminação pública.
- (2) No âmbito do PODCoV, recomenda-se aos SMPC que:
- a) Definam locais de isolamentos sociais coletivos para infetados, com necessidades sociais e/ou vigilância/ cuidados de saúde;
 - I. Articular com a ULSAM a quantidade de locais e capacidades dos mesmos, por forma a evitar ultrapassar a capacidade de resposta na prestação de cuidados e monitorização, de acordo com a norma 01/202 da DGS;
 - b) Definam locais de isolamento sociais coletivos profiláticos para trabalhadores da saúde, forças de segurança, e força de Proteção e Socorro, para mitigação de contágio quer social quer familiar;
 - c) Desenvolvam programas de desinfeção de locais públicos bem definidos.
 - I. Locais que por via da necessidade sejam aglutinadores de pessoas:
 - a) Centros de saúde, farmácias, bancos, multibancos, bombas de combustível, mercearias, supermercados, restauração.
 - d) Garantam Apoio Logístico Operacional e Social:



Serviço Municipal de Proteção Civil

1. Garantir apoio ao nível municipal, sem prejuízo da organização conjunta para obtenção de escala de mercado, o suporte logístico ao funcionamento dos serviços essenciais, garantindo reservas de combustíveis, EPI, alimentação, etc.
 2. Garantir a capacidade de suporte de reforço operacional em caso de pré-posicionamento de meios de resposta a emergência em caso de colapso do Corpo de Bombeiros locais, particularmente por via de contaminação generalizada.
 3. Preparar à escala distrital, em estreita coordenação entre os municípios e o Instituto de Medicina Legal e DGS, a aplicação da norma 2/2020 da DGS sobre cuidados *post-mortem*, autopsia e casas mortuárias, antevendo a possibilidade de ultrapassar a capacidade de resposta atual.
- e) Identifiquem e garantam a resposta de necessidades sociais, em estreita ligação e coordenação com o Instituto de Segurança Social.
- (3) No âmbito do POMCoV, sem prejuízo das atribuições descritas no PODCoV e no PONCoV, são atribuições específicas do SMPC designadamente:
- a) Garantir a monitorização do Plano de Contingência Municipal COVID-19;
 - b) Constituir-se como ponto de contacto entre o município, as freguesias e o CDOS, para monitorização de situações de quarentena profilática de cidadãos provenientes do estrangeiro, ou de outros pontos do país;
 - c) Sem prejuízo da coordenação política, constituir-se como ponto de contacto entre o município e o Instituto de Segurança Social (ISS), no âmbito do suporte logístico aos locais de isolamento comunitário e outras necessidades identificadas;

e. Juntas de Freguesia (JF)

- (1) No âmbito do POMCoV, recomenda-se que as juntas de freguesia devam:
- a) Constituir-se como parceiro proactivo do município no planeamento, coordenação e execução da ajuda aos cidadãos;
 - b) Constituir-se como ponto de contacto entre a freguesia e o município, nomeadamente na identificação e monitorização de situações de quarentena profilática de cidadãos provenientes do estrangeiro, ou de outros pontos do país;

f. Instituições de Solidariedade Social (IPSS)

- (1) No âmbito do POMCoV, recomenda-se que as IPSS, nomeadamente lares de idosos, apoio social, apoio domiciliário, centros de dia, etc, que:
- a) Procedam à monitorização constante e permanente dos seus colaboradores, fornecedores e utentes no sentido de identificar, na medida do possível, casos suspeitos da presença de COVID-19, procedendo ao seu isolamento e ligação de imediato à linha de saúde 24;



Serviço Municipal de Proteção Civil



- b) Criação e garantia, na medida do possível, de compartimentação de espaços, com a atribuição de colaboradores únicos para cada espaço, evitando que utentes de espaços diferentes partilhem espaços comuns em simultâneo sem que tenha sido feita desinfeção, minimizando deste modo uma eventual contaminação generalizada dos utentes;
- c) Em situações de apoio domiciliário, na medida do possível, gerir as equipas de modo a que a mesma equipa visite um menor número de utentes;

g. Instituto de Segurança Social Local (ISS)

- (1) No âmbito do PODCoV, recomenda-se ao responsável do ISS a nível municipal que:
 - a) Acompanhe e garanta a resposta de necessidades sociais no âmbito das determinações em vigor;
 - b) Garanta estreita ligação com os municípios, afim de garantir o suporte logístico aos locais de isolamento comunitário e outras necessidades identificadas.

7. INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO

a. Gerais

- (1) O POMCoV entra em vigor após aprovação pelo Presidente da Câmara;
- (2) O acionamento deste Plano pressupõe a passagem ao Estado de Alerta Especial do SIOPS para o DIOPS de nível Amarelo;
- (3) Face ao desenvolvimento da pandemia e após validação do Vereador do Pelouro da Proteção Civil, será iniciada a execução das medidas de resposta operacional específicas a nível municipal referidas neste Plano;
- (4) As medidas de resposta operacional previstas a nível municipal, são aplicadas por decisão do Presidente da Câmara, em permanente articulação com o Vereador do Pelouro da Proteção Civil, com o Coordenador Municipal de Proteção Civil e com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS);
- (5) O POMCoV é desativado pelo Presidente da Câmara em articulação com o Vereador do Pelouro da Proteção Civil e com o Coordenador Municipal de Proteção Civil.
- (6) Cada estrutura, força e unidades envolvidas neste Plano deve:
 - a) Determinar o potencial impacto da pandemia ao nível interno, utilizando diversos cenários em função dos níveis de severidade, disponibilidades de recursos e abastecimentos para níveis de absentismo interno de 20%, 30% e 40%, considerando que este absentismo poderá resultar de doença do próprio, ou de assistência a familiares;
 - b) Identificar operacionais que poderão ter de permanecer em casa durante a pandemia (até 12 semanas), caso as escolas e jardins-de-infância encerrem;
 - c) Antecipar vulnerabilidades das comunidades e prever medidas de minimização;



Serviço Municipal de Proteção Civil

d) Partilhar o seu plano, os procedimentos operacionais e outras boas práticas, com outras entidades, visando identificar estratégias de colaboração, partilha de recursos e ajudas mútuas.

(7) Caso se verifique uma quebra da cadeia de Comando operacional a nível nacional, os CDOS fazem a gestão dos meios que têm à sua disposição no respetivo distrito;

b. Dos Corpos de Bombeiros

- (1) Garantir uma monitorização permanente da situação clínica dos seus elementos operacionais, avaliando, em cada fase do processo, a sua capacidade de intervenção operacional;
- (2) Informar de imediato o respetivo CDOS, Coordenadores Municipais de Proteção Civil e/ou o Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), transmitindo o ponto de situação detalhado, perante uma situação de contágio derivada da pandemia de Coronavírus (COVID – 19);
- (3) Avaliar a sua situação operacional e em articulação com o CDOS, COM e/ou SMPC e responsável autárquico, propor o eventual acionamento de medidas de reforço operacional.
- (4) Informar diariamente entre as 20:00 e as 22:00 horas, o CDOS do seu estado de prontidão.

c. Do Coordenador Municipal de Proteção Civil

- (1) Garantir uma monitorização permanente da situação operacional municipal avaliando, em cada fase do processo, a capacidade de mobilização e intervenção operacional das forças e meios municipais;
- (2) Avaliar em articulação com o CDOS, os CB do município, o SMPC e o responsável autárquico, a eventual necessidade do acionamento de medidas de reforço operacional;
- (3) Os CMPC darão conhecimento aos CDOS da situação operacional municipal e das medidas tomadas.

d. Do SMPC

- (1) Garantir uma monitorização permanente da situação operacional municipal avaliando, em cada fase do processo, a capacidade de mobilização e intervenção operacional das forças e meios municipais;
- (2) Avaliar em articulação com o CDOS, os CB do município, o CMPC e o responsável autárquico, a eventual necessidade do acionamento de medidas de reforço operacional;

e. Dos Meios de Reforço

- (1) Os períodos de intervenção dos GR ou das BRI são no máximo de 10 dias;
- (2) Se ao fim de 8 dias de permanência, for previsível a continuação dos GR/BRI no município, o CMPC e/ou o SMPC deverá de imediato articular-se com o CDOS, para que possa haver uma decisão do CNEPC, sobre a situação.



8. MEDIDAS PREVENTIVAS E DE AUTOPROTEÇÃO

a. Sejam escrupulosamente observadas as medidas preventivas e de autoproteção permanentemente enunciadas pelas autoridades de saúde, nomeadamente:

(1) Coletivas:

- a) Estar atento às diretivas e recomendações emanadas da DGS, inseridas com regularidade no seu sítio eletrónico (www.dgs.pt);
- b) Afixar em espaços visíveis os folhetos distribuídos pela DGS contendo informação detalhada sobre os sintomas do COVID-19 e sobre as respetivas medidas de autoproteção;
- c) Aumentar a periodicidade e o cuidado na lavagem e desinfeção dos espaços de utilização comum dentro das instalações, nomeadamente, salas de reunião, salas de estar, salas de operações, refeitórios, cozinhas, camaratas e zonas sanitárias;

(2) Individuais:

- a) Lavar as mãos regularmente de preferência de 2 em 2 horas e sempre antes das refeições;
- b) Nunca espirrar para as mãos nem para o ar, sempre que possível fazê-lo para um lenço de papel deitando-o de seguida para o lixo, ou para a manga de uma peça de roupa;
- c) Evitar o contacto das mãos com a face, nariz e boca;
- d) Evitar as saudações com abraços, beijos ou cumprimentos de mão;
- e) Utilizar nos locais de trabalho, a limpeza e desinfeção regular ou o isolamento de equipamentos de utilização coletiva, como teclados de computador, ratos, telefones, comandos de aparelhos eletrónicos, etc., através da colocação de película fina transparente descartável (tipo celofane) ou utilizando luvas descartáveis;
- f) Se apresentar sintomas de gripe (febre súbita – mais que 38°C, tosse ou nariz entupido, dor de garganta, dores corporais ou musculares, dores de cabeça, fadiga, arrepios de frio, vómitos ou diarreia):

1. Fique em casa e ligue de imediato para a Linha SNS 24 telefone nº 808 24 24 24, tomando boa nota das indicações recebidas;

2. Informe o seu Comando, da situação e das indicações recebidas.

(3) Operacionais:

No desempenho de missões de socorro ou de transporte regular de doentes no âmbito da área do pré-hospitalar:

- a) Executar de maneira sistemática os gestos de prevenção e autoproteção universais;



Serviço Municipal de Proteção Civil

- b) E toda e qualquer intervenção operacional que envolva suspeita ou confirmação de infeção com o COVID – 19, os operacionais seguem as Orientações técnicas, Circulares Normativas e outras orientações difundidas ou a difundir pelo INEM e pela DGS.
- c) De qualquer caso de sintomas de COVID - 19 que seja detetado e confirmado num Corpo de Bombeiros, deve de imediato ser prestada informação ao CNEPC através do respetivo CDOS.

9. INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

- (1) Todas as despesas inerentes ao suporte logístico dos GR são da responsabilidade das autarquias de acolhimento, nomeadamente no que se refere a combustíveis, alojamento e alimentação;
- (2) A ANEPC assumirá os custos relativos aos combustíveis associados ao transporte dos GR, desde as unidades de origem até ao município de acolhimento e seu regresso;
- (3) As intervenções das BRI da FEB serão suportadas pela ANEPC, à exceção do alojamento e alimentação, a serem igualmente garantidos pelas autarquias de acolhimento;
- (4) As despesas com pessoal, veículos e equipamentos cumprem com os requisitos de elegibilidade da Directiva Financeira de 2019;

10. POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

- (1) A Câmara Municipal desenvolve e assegura a política de informação pública ao nível local decorrente da sua atividade;
- (2) O gabinete de comunicação municipal, procede à difusão pela população em geral dos objetivos associados ao Plano, nomeadamente através do sítio web do município;
- (3) Sítios na Internet que podem ser consultados:
 - a) www.dgs.pt e www.dgs.pt/corona-virus
 - b) www.mai.gov.pt
 - c) www.prociv.pt
 - d) www.cm-caminha.pt

11. ORDEM DE OPERAÇÕES MUNICIPAL – ORDOPCoV

a. Objetivos



Serviço Municipal de Proteção Civil



A presente Ordem de Operações Municipal (ORDOPCoV) tem como objetivo a operacionalização efetiva do POMCoV19, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- (1) Manter ao melhor nível possível a capacidade de intervenção operacional e logística no município de Caminha;
- (2) Operacionalizar uma matriz de monitorização permanente da situação operacional municipal e dos recursos humanos e materiais disponíveis.
- (3) Prever o funcionamento temporário de um centro de operações integrado para todos os recursos municipais para uma resposta integrada, em caso de necessidade, centralizando toda a gestão operacional de meios humanos e técnicos existentes no município;
- (4) Prever e preparar um local para um eventual acolhimento operacional e logístico de meios de reforço atribuídos pelo CDOS, sem recurso às instalações dos CB, garantindo o seu apoio logístico, bem como a disponibilização de guias para acompanhamento;
- (5) Assegurar a existência de um Plano de Contingência que garanta a funcionalidade e operacionalidade de funções fundamentais aos munícipes, entre outras, tais como: abastecimento de água; limpeza urbana e iluminação pública, etc..;
- (6) Definir e operacionalizar locais de isolamento sociais coletivos para infetados com necessidades sociais ou de cuidados de saúde;
- (7) Definir e operacionalizar locais de isolamento sociais coletivos profiláticos para trabalhadores da saúde, forças de segurança e proteção civil;
- (8) Garantir que são desenvolvidos programas de desinfeção dos locais públicos definidos;
- (9) Garantir nível municipal apoio logístico ao funcionamento dos serviços essenciais assegurando a reserva de combustíveis, EPI, alimentação, etc....;
- (10) Identificar e garantir a resposta a necessidades sociais em estreita ligação e coordenação com o Instituto de Segurança Social.

b. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)

- (1) O SMPC garante a coordenação operacional do POMCoV e ORDOPCoV a nível municipal com permanente ligação com a coordenação política, e seguindo as orientações desta;
- (2) O SMPC recebe e agrega diariamente toda a informação operacional relativa à ORDOPCoV e reporta à coordenação política para tomada de decisões até às 12:00h de cada dia;

c. Monitorização Permanente da Situação Operacional

- (1) Compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil coordenar a monitorização operacional da situação a nível municipal;
 - a) Os Corpos de Bombeiros 1605 e 1607 informam diariamente, em documento em formato excel, entre as 9:00h e as 10:00h, o SMPC da situação operacional e dos recursos humanos

8
C
K



Serviço Municipal de Proteção Civil

e materiais disponíveis ao nível dos CB (pessoal, combustíveis, EPI, etc...), conforme anexo I;

- b) A escala de um elemento de Comando de Permanência às Operações (CPOM) no município, será de rotação semanal entre elementos do CB 1605 e o CB 1607, conforme anexo II;
- (2) Os Corpos de Bombeiros 1605 e 1607 mantêm operacionais as Equipas de Intervenção Permanente ou garantem, no mínimo, uma força operacional idêntica para fazer face às necessidades mínimas do município em termos de primeira intervenção ao combate a incêndios Florestais;
- (3) A avaliação da necessidade de acionamento de medidas de reforço operacional é feita pelo SMPC, em coordenação com os CB, informando a coordenação política para essa necessidade;

d. Centro Municipal Integrado de Operações (CMIO)

- (1) Condições de acionamento e funcionamento do Centro Municipal Integrado de Operações:
 - a) O processo de acionamento do CMIO é desencadeado pela Comissão Municipal de Proteção Civil, após esta verificar que não é manifestamente possível a coordenação das operações de socorro e apoio logístico e social duma outra forma;
 - b) O CMIO funcionará no espaço de atendimento do edifício central dos serviços da Câmara Municipal de Caminha, no largo Calouste Gulbenkian,
 - c) O município disponibiliza os meios e recursos necessários para garantir o funcionamento e operacionalidade do CMIO;
 - d) Cada Corporação de Bombeiros do município disponibilizará um OPTEL, e equipamento rádio portátil, que garantirão em permanência as comunicações operacionais do CMIO, em articulação com os Serviços Municipais;
- (2) Por questões de logística, sanitárias ou operacionais o CMIO pode ser transferido para outro local que se venha a mostrar mais adequado;
- (3) Compete ao Coordenador Municipal de Proteção Civil coordenar o CMIO em articulação com os CB e com os Serviços Municipais, em articulação com a Coordenação Política.

e. Centro de Acolhimento e Logística de Meios de Reforço (CALM)

- (1) O acionamento dos meios de reforço é efetuado conforme previsto no PONCoV.
- (2) O município tem previsto um centro para acolhimento operacional e logístico de meios de reforço atribuídos pelo CDOs, em caso de necessidade.
 - a) O CALM está localizado nas instalações do Pavilhão Municipal Valdemar Patrício, e está dimensionado para uma capacidade de 50 camas e 15 viaturas, dispondo de balneários e sanitários, bem como zona de refeitório;
 - b) O apoio logístico aos meios de reforço é garantido pelo município, de acordo com o indicado no PONCoV;



Serviço Municipal de Proteção Civil



- (3) A gestão operacional e o processo de despacho e movimentação dos meios de reforço colocados pelos CDOS à disposição do município ficam a cargo do Serviço Municipal de Proteção Civil, nomeadamente no Coordenador Municipal de Proteção Civil em articulação com a coordenação política;

f. Operacionalidade de funções fundamentais aos munícipes

- (1) Consideram-se funções fundamentais para os munícipes os seguintes: abastecimento de água; saneamento; recolha de resíduos; eletricidade; combustíveis, alimentos; medicamentos;
- (2) A manutenção da funcionalidade e operacionalidade de funções fundamentais é verificada diariamente pelos Serviços do município, antecipando possíveis quebras e eventuais alternativas;
- a) A monitorização diária do abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos, energia e combustíveis fica a cargo da Divisão de Ambiente, Economia e Serviços do município;
- b) A monitorização diária da capacidade de reposição de alimentos nos locais de venda e de medicamentos nas farmácias fica a cargo da área do Apoio Social.
- (3) Cada um dos Serviços indicados em a) e b) informam diariamente da situação o SMPC, entre as 9:00h e as 10:00h, em documento em formato excel, conforme anexo III e anexo IV, respetivamente.

g. Locais de isolamento sociais coletivos para infetados (ZCAP)

- (1) Sem prejuízo de outros locais que venham a ser disponibilizados para o isolamento social coletivo para pessoas infetadas, designadas por Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP), ou com necessidades de cuidados de saúde, e com o apoio logístico garantido pelos serviços do município, estão previstos os seguintes locais:
- (2) **Espaços a operacionalizar** de forma dinâmica à medida que surjam as necessidades:
- a) Pavilhão Municipal, na freguesia de V.P. de Âncora, com capacidade para 80 camas, dispondo de balneários e sanitários, bem como zona de refeitório;
- (3) **Espaços Operacionais**, que podem ser utilizados de imediato:
- a) Aldeamento Turístico do Camarido, na UF de Moledo e Cristelo, com 9 casas independentes (tipologias T1, T2 e T3), com 18 quartos (36 camas);
- b) Caminha Hostel, na UF de Caminha e Vilarelho, com 3 quartos com cama e uma camarata com 14 camas em beliche;
- c) Quintinha de Arga, na freguesia de Dem, com 3 quartos (6 camas);
- (4) No anexo V encontram-se a caracterização dos locais e dos contactos.

h. Locais para BACK-UP de lares de idosos



Serviço Municipal de Proteção Civil

- (1) No concelho de Caminha existem quatro lares de idosos, com um total de 175 utentes, distribuídos do seguinte modo:
 - a) **Lar da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes de Caminha**, na UF Caminha e Vilarelho, **com 62 utentes**;
 - b) **Lar do Centro de Bem-Estar e Social de Seixas**, na freguesia de Seixas, **com 58 utentes**;
 - c) **Lar de Santa Rita**, da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, na freguesia de V.P. de Âncora, **com 35 utentes**;
 - d) **Lar do Centro Cívico**, do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, na freguesia de V.P. de Âncora, **com 20 utentes**;
- (2) Sem prejuízo de outros locais que venham a ser disponibilizados para o albergue temporário da população de lares de idosos para desinfeção das instalações, ou outras situações, estão previstos os seguintes locais:
 - a) Instalações da AMIR, na UF de Moledo e Cristelo, com capacidade para 30 camas, dispondo de balneários e sanitários, bem como zona de refeitório, sendo o apoio logístico garantido pelos serviços do município;
 - b) Instalações do Albergue de Centro Social e Cultural de Seixas, na freguesia de Seixas, exclusivamente para utentes e colaboradores desta instituição, com 4 quartos (10 camas).
- (3) No anexo VI encontram-se a caracterização dos locais e dos contactos.

i. Isolamento sociais coletivos profiláticos

- (1) Sem prejuízo de outros locais que venham a ser disponibilizados para o isolamento social coletivo profilático para profissionais de saúde, forças de Segurança e proteção civil, o município disponibiliza desde já os seguintes locais:
 - a) Albergue de peregrinos de Caminha, na UF de Caminha e Vilarelho, com capacidade para 24 camas em beliche, dispondo de balneários e sanitários, sendo o apoio logístico garantido pelos serviços do município;
 - b) Escola Básica e Jardim de Infância de Caminha, na av. São João de Deus para acolhimento dos filhos de profissionais de saúde, forças de Segurança e proteção civil, sendo garantido pelos serviços do município o apoio logístico e vigilância.
- (2) No anexo VII encontram-se a caracterização dos locais e dos contactos.

j. Desinfeção dos locais públicos

- (1) Os locais e espaços públicos definidos como locais de potencial de risco, dada a afluência de pessoas a esses locais, e para os quais se determinou a sua desinfeção diária são: caixas multibanco, farmácias, mercearias e supermercados, bancos de jardim, parques infantis, outros locais que venham a justificar-se;



Serviço Municipal de Proteção Civil



- a) A Divisão de Ambiente, Economia e Serviços (DAES) avalia e define semanalmente os locais públicos onde deve ser feita desinfeção e elabora um programa de desinfeção a nível municipal para esses locais;
- b) A monitorização e controle diário do cumprimento da desinfeção dos locais públicos fica a cargo da Divisão de Ambiente, Economia e Serviços do município, podendo esta tarefa ser realizada com recurso a meios do município ou através de contratualização externa;
- c) A DAES informa diariamente da situação o SMPC, entre as 9:00h e as 10:00h, em documento próprio em formato excel, conforme anexo VIII;

k. Apoio logístico ao funcionamento dos serviços essenciais

- (1) Consideram-se serviços essenciais os prestados pelo município relacionados com a salubridade, higiene e limpeza urbana, as forças de segurança, os Corpos de Bombeiros e agentes de Proteção Civil;
- (2) O município garante a sustentabilidade dos meios próprios e em situações excecionais, na medida do possível, o apoio logístico ao funcionamento dos serviços essenciais assegurando a reserva de combustíveis, EPI, alimentação, etc...;

l. Resposta a necessidades sociais

- (1) O Gabinete de Acção Social do município procede ao levantamento, registo e atualização das situações em que é necessário prestar apoio social;
- (2) O município através do seu Gabinete de Acção Social, garante o apoio no terreno aos munícipes com necessidades especiais de apoio, nomeadamente, fornecimento ou distribuição de refeições confeccionadas, de alimentos, distribuição de medicamentos mediante receita médica; outras necessidades;

m. Potencial de Impacte da Pandemia

- (1) O potencial impacto da pandemia a nível interno, nos colaboradores do município, é avaliado de acordo com o PCCoV-19, Plano de Contingência Municipal para o COVID-19.
- (2) A nível das forças de segurança e proteção civil presentes no concelho:
 - a) Guarda Nacional Republicana – a reportar por esta força;
 - b) Autoridade Marítima – a reportar por esta força;
 - c) Bombeiros – a reportar pelas Corporações de Bombeiros de acordo com os seus Planos Operacionais próprios;
 - d) Outros APC – avaliação permanente a efetuar pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

n. Vulnerabilidades das comunidades

- (1) Identificação de comunidades mais vulneráveis:



Serviço Municipal de Proteção Civil

- a) Profissionais de saúde e proteção civil
 - b) Utentes e colaboradores de lares de idosos;
 - c) Elementos das equipas de apoio domiciliário;
 - d) Comunidade escolar;
- (2) Medidas para minimização:
- a) Os profissionais de saúde e proteção civil seguem os seus Planos de Contingência internos;
 - b) Os utentes e colaboradores de lares de idosos seguem os seus Planos de Contingência internos;
 - c) Os elementos das equipas de apoio domiciliário seguem os seus Planos de Contingência internos;
 - d) A comunidade escolar segue os seus Planos de Contingência internos;

12. MORTUÁRIA

a. Mortes por COVID-19

(1) Mortes no CHAM:

- a) As mortes ocorridas no CHAM vitimas de CODIV-19 seguem os procedimentos da DGS;

(2) Mortes em casa:

- a) As mortes ocorridas em casa comprovadamente vitimas de CODIV-19 seguem os procedimentos da DGS;

b. Mortes por outras causas

(1) Mortes no CHAM:

- a) As mortes ocorridas no CHAM comprovadamente vitimas de outras causas seguem os procedimentos habituais, com as restrições de distanciamento social recomendadas pelas agencias funerárias e pelas entidades gestoras dos cemitérios;

(3) Mortes em casa:

- a) As mortes ocorridas em casa manifestamente vitimas de outras causas (com validação do Delegado de Saúde e Ministério Público) seguem os procedimentos habituais, com as restrições de distanciamento social recomendadas pelas agencias funerárias e pelas entidades gestoras dos cemitérios;

13. PARTILHADO PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POMCoV-19)

- (1) O POMCoV é divulgado no site do município e distribuído pelos organismos e entidades constantes no anexo IX.



Serviço Municipal de Proteção Civil

14. LISTA DE CONTACTOS RELEVANTES

- (1) Para a operacionalização do presente Plano é necessária a colaboração de diversas pessoas, organizações e entidades, para as quais há necessidade de manter contacto permanente ou periódico, pelo que se organiza no anexo X uma lista de contactos relevantes para o Plano. A lista de contactos é de acesso reservado pelo que não será publicada.

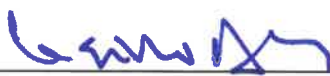
15. ANEXOS

- Anexo I – Reporte diário da situação operacional dos Corpos de Bombeiros
- Anexo II – Escala mensal do Comandante Permanente às Operações no município
- Anexo III – Reporte diário da monitorização de funções fundamentais
- Anexo IV – Reporte diário de monitorização serviços essenciais
- Anexo V – Caracterização e contactos das ZCAP
- Anexo VI – Caracterização e contactos de lares de Back-Up de lares
- Anexo VII – Caracterização e contactos de locais de isolamento profilático
- Anexo VIII – Reporte diário da monitorização de desinfeção de locais
- Anexo IX – Lista de contactos relevantes
- Anexo X – Lista de distribuição Plano

O Coordenador Municipal da Proteção Civil


Luís Saraiva

O Vereador do Pelouro da Proteção Civil


Guilherme Lagido Domingos

O Presidente da Câmara Municipal


Miguel Alves



Serviço Municipal de Proteção Civil

(V)
CD
K

Anexo I

Reporte diário da situação operacional dos Corpos de Bombeiros



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo II

Escala mensal do Comandante Permanente às Operações no município



Serviço Municipal de Proteção Civil



Anexo III

Reporte diário da monitorização de funções fundamentais

Handwritten signature and initials in blue ink.



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo IV

Reporte diário de monitorização serviços essenciais



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo V

Caraterização e contactos das ZCAP

Handwritten marks in the top left corner, including a stylized 'd' and a signature.



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo VI

Caracterização e contactos de lares de Back-Up de lares



Serviço Municipal de Proteção Civil

Handwritten signature in blue ink.

Anexo VII

Caracterização e contactos de locais de isolamento profilático

2
C
K



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo VIII

Reporte diário da monitorização de desinfeção de locais



Serviço Municipal de Proteção Civil



Anexo IX

Lista de contactos relevantes

Handwritten marks: a checkmark and a signature.



Serviço Municipal de Proteção Civil

Anexo X

Lista de distribuição Plano